

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 26/2014
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
RELATÓRIO

1. Trata-se do Projeto de Lei, de autoria do Prefeito, autuado sob o n.º 26, de 2014, que altera a Lei nº 1.098, de 20 de dezembro de 2013, que *“Estima a receita e fixa a despesa do Município de Bonfinópolis de Minas para o exercício financeiro de 2014.”*

2. Cumpridas as etapas do processo legislativo e tendo a proposição em foco sido aprovada em todas elas, foi determinado o seu retorno à presente Comissão a fim de ser emitido parecer de redação final, nos termos do artigo 233 do Regimento Interno desta Casa.

3. Era o que cabia relatar.

FUNDAMENTAÇÃO

4. A matéria foi aprovada na forma do Substitutivo nº 2 e o texto nele inserido não apresenta nenhuma impropriedade técnica, erro material ou imperfeição gramatical foi verificada no texto, de tal modo que se passa à conclusão do presente parecer.

CONCLUSÃO

5. Em face das razões expendidas, opina-se no sentido de que se atribua ao texto do Projeto de Lei nº 26/2014 a redação final constante da minuta, em anexo, que, nos termos do que dispõe o artigo 132 do Regimento Interno, passa a integrar o presente parecer e com a qual deverá ser submetido à sanção do Prefeito.

Sala das Comissões, 22 de Outubro de 2014.

Vereador REGINALDO PALMA
Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 026/2014

Altera a Lei nº 1.098, de 20 de dezembro de 2013, que *“Estima a receita e fixa a despesa do Município de Bonfinópolis de Minas para o exercício financeiro de 2014.”*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 86, inciso VII, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O *caput* do artigo 5º da Lei nº 1.098, de 20 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º. Durante a execução orçamentária de 2014, fica o Prefeito autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao orçamento fiscal até o montante de 14% (quatorze por cento) da receita prevista no caput do artigo 2º desta Lei, com finalidade de atender insuficiência nas dotações orçamentárias, na forma do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, vedados a anulação ou o cancelamento total ou parcial de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emenda parlamentar ou de dotações destinadas à concessão de auxílios, contribuições e subvenções sociais.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bonfinópolis de Minas, 22 de Outubro de 2014.

DONIZETE ANTÔNIO DOS SANTOS
Prefeito